

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Educação na Governamentalidade neoliberal: transgressão como método na docência-pesquisa

Nathan Weiler Nunes, Luciane Uberti

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15035>

Submetido em: 2026-02-03

Postado em: 2026-02-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

EDUCAÇÃO NA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL: TRANSGRESSÃO COMO MÉTODO NA DOCÊNCIA-PESQUISA

NATHAN WEILER NUNES¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1110-8578>
<nathanweiler2649@hotmail.com>

LUCIANE UBERTI²

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8585-1192>
<lucianeubertiufrgs@gmail.com>

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir, a partir dos estudos foucaultianos, as possibilidades de docência-pesquisa em uma perspectiva transgressora no contexto atual de governamentalidade neoliberal na educação. Para tanto, traça uma problematização teórica desde os escritos de Foucault e suas releituras, perpassando pelos conceitos de governamentalidade e sua força discursiva no tempo presente. Em seguida, diferencia-se a crítica governamental proposta pelo liberalismo da disseminação discursiva sujeita à racionalidade neoliberal. A partir do entendimento do neoliberalismo enquanto uma racionalidade governamental que generaliza a concorrência e a lógica empresarial para todas as esferas da vida social, analisa-se suas implicações no campo da Educação. Reconhecendo a complexidade das relações de saber-poder-sujeito, o escrito discute as interações, resistências e hibridizações em meio à governamentalidade neoliberal na perspectiva de docência-pesquisa transgressora. O artigo toma o processo educativo não como campo de certezas de causa-consequência da macropolítica, mas como espaço de contato entre diferentes forças discursivas que estabelecem interação com o currículo. Por fim, aponta a transgressão como método para subverter a docência, olhando para as contracondutas como caminhos de novas possibilidades de ser, dizer e fazer nas experimentações didáticas.

Palavras-chave: governamentalidade, neoliberalismo, transgressão, currículo, contracondutas.

EDUCATION IN NEOLIBERAL GOVERNMENTALITY: TRANSGRESSION AS A METHOD IN TEACHING-RESEARCH

ABSTRACT: This article aims to discuss, drawing on Foucauldian studies, the possibilities of teaching-research from a transgressive perspective within the current context of neoliberal governmentality in education. To this end, it develops a theoretical problematization based on Foucault's writings and their reinterpretations, engaging with the concept of governmentality and its discursive force in the present time. Subsequently, it distinguishes the governmental critique proposed by liberalism from the discursive dissemination subjected to neoliberal rationality. Understanding neoliberalism as a governmental rationality that generalizes competition and entrepreneurial logic to all spheres of social life, the article analyzes its implications in the field of Education. Acknowledging the complexity of knowledge–power–subject relations, the text discusses interactions, resistances, and hybridizations within neoliberal governmentality from a transgressive teaching-research perspective. The article conceives the educational process not as a field of cause-and-effect certainties determined by macropolitics, but as a space of contact among different discursive forces that interact with the curriculum. Finally, it highlights

transgression as a method for subverting teaching, focusing on counter-conducts as pathways to new possibilities of being, saying, and doing within didactic experimentation.

Keywords: governmentality, neoliberalism, transgression, curriculum, counter-conducts.

EDUCACIÓN EM LA GUBERNAMENTALIDAD NEOLIBERAL: LA TRANSGRESIÓN COMO MÉTODO EM LA DOCENCIA-INVESTIGACIÓN

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo discutir, desde los estudios foucaultianos, las posibilidades de la docencia-investigación en una perspectiva transgresora en el contexto actual de la gubernamentalidad neoliberal en la educación. Para ello, desarrolla una problematización teórica a partir de los escritos de Foucault y sus relecturas, atravesando los conceptos de gubernamentalidad y su fuerza discursiva en el tiempo presente. A continuación, se diferencia la crítica gubernamental propuesta por el liberalismo de la diseminación discursiva sujeta a la racionalidad neoliberal. A partir de la comprensión del neoliberalismo como una racionalidad gubernamental que generaliza la competencia y la lógica empresarial a todas las esferas de la vida social, se analizan sus implicaciones en el campo de la Educación. Reconociendo la complejidad de las relaciones saber–poder–sujeto, el texto discute las interacciones, resistencias e hibridaciones en el marco de la gubernamentalidad neoliberal desde la perspectiva de una docencia-investigación transgresora. El proceso educativo no es concebido como un campo de certezas de causa y efecto de la macropolítica, sino como un espacio de contacto entre distintas fuerzas discursivas que interactúan con el currículo. Por último, se señala la transgresión como método para subvertir la docencia, destacando las contraconductas como caminos hacia nuevas posibilidades de ser, decir y hacer en las experimentaciones didácticas.

Palabras clave: gubernamentalidad, neoliberalismo, transgresión, currículo, contraconductas.

GOVERNO, GOVERNAMENTALIDADE E RACIONALIDADE: UM PONTO DE PARTIDA

Inicialmente, cabe situar teoricamente os conceitos necessários para a análise proposta partindo da concepção de governo ou governmentamento (Veiga Neto, 2013) para Foucault. Em seus cursos ministrados no Collège de France, em 1977-1978, o autor traça um recorte histórico do exercício das relações de poder sobre populações. O deslocamento interpretativo proposto vai além da simples administração ou gestão da coisa pública, trata do entendimento do governo enquanto arte de condução das condutas, das práticas e estratégias através das quais as populações são subjetivadas e autodirigidas. O governo, neste sentido, abrange não apenas os atos do Estado, mas as técnicas de controle e de gestão das vidas dos indivíduos, seja pelo Estado, seja por instituições sociais, pela família ou até mesmo pelos próprios sujeitos, que participam ativamente do processo reproduzindo em si e em seus pares certos comportamentos e normas (Foucault, 2023; Foucault, 2022; Burchell, 1996).

A partir da sistematização das técnicas de governo regidas por uma racionalidade específica têm-se uma forma de governamentalidade. Em outras palavras, a governamentalidade seria a complexa e organizada rede de justificativas e técnicas que elabora a forma como as pessoas são conduzidas a se comportar (Foucault, 2023; Rose, 1996). Mais do que isso, trata-se da forma como os indivíduos se percebem de maneira autônoma dentro de um sistema de controle exercido na sociedade de maneira difusa, forçada e reforçada por diferentes entidades, desde o Estado até o próprio sujeito, e tudo isso a serviço de uma finalidade específica (Burchell, 1996). O ideal, sempre político, que dita quais condutas e, principalmente, como devem ser moduladas não é uma mera filosofia, mas uma racionalidade política e governamental.

A governamentalidade, portanto, toma o sujeito como objeto e objetivo. Além de atuar diretamente sobre os sujeitos, as técnicas governamentais almejam produzir um sujeito inserido em um

regime de verdade específico, um sujeito que usa de sua liberdade para moldar sua conduta ao que dele é esperado ou, como diria Foucault, sujeito à racionalidade governamental (Burchell, 1996). O deslocamento proposto pela conceituação de governamentalidade é introduzido genealogicamente por Foucault ao discutir a influência sobre condutas relacionadas a sanitarismo ou natalidade, o que classificou como Nascimento da Biopolítica (Foucault, 2022). O conceito, entretanto, não se limita por aí, pois, para além de tais objetos típicos de interesse do Estado, o que entra em jogo é, inexoravelmente, a produção de uma subjetividade específica.

As racionalidades governamentais dizem respeito, portanto, à razão que rege o sistema de modulação das condutas, que orienta os fins e os meios em que se manifesta o poder, sendo ao mesmo tempo a justificativa e o objetivo a ser alcançado. Cabe destacar que essa racionalidade não se limita ao campo das ideias, uma vez que governamental, possui uma preocupação direta com sua efetivação material. É dizer, a razão governamental carrega a imposição de seu ideal de sujeição, e suas governamentalidades, ainda que possivelmente variadas em modo, expressam essa vontade. Através das técnicas e práticas que administram tanto os indivíduos quanto as coletividades, é criada uma dinâmica de poder que não se baseia apenas em um controle direto e coercitivo, mas na formação de um sujeito governado por normas e práticas internalizadas.

MODERNIDADE E LIBERALISMO: IDENTIFICANDO POLISSEMIAS

Havendo estabelecido, brevemente, o repertório analítico da presente discussão, volta-se a uma analítica do presente. O momento contemporâneo, por vezes classificado como pós-moderno, como modernidade líquida, como modernidade tardia, ou tantas outras possibilidades de nomenclatura esbarra em um dissenso conceitual. Para a perspectiva transgressora, que será mais amplamente explorada ao final deste artigo, não faria sentido uma vinculação unânime a nenhuma dessas posições. Ainda assim, seguindo nos rastros de Foucault, para tratarmos do presente faz sentido uma busca genealógica das condições de possibilidade que configuram a emergência dos contextos atuais, o que não poderia deixar de nos levar à discussão sobre a modernidade em si.

Mais uma vez, não tratamos de um conceito plenamente uníssono. Por vezes tratada como uma época, uma atitude, um modo de vida, uma experiência, a modernidade, de um ponto de vista foucaultiano, importa menos como uma periodização e mais como a gama de perguntas que pode levantar (Barry, Osborne, Rose, 1996). Em outras palavras, não se trata aqui da discussão sobre quando começou ou terminou a modernidade, se é que tenha começado ou terminado, mas sim sobre as pautas que emergem ou deixam de emergir nesse contexto. Em especial, busca-se analisar a configuração e a disposição das coisas e das relações entre elas, de modo a entender melhor as condições de possibilidade que resultam em um presente contingente.

Desse modo, nos remetemos ao quadro, mais ou menos comum, de ascensão da Modernidade como sendo a transição da sociedade feudal para uma sociedade burguesa. Essa transformação, para além de uma troca entre rural e urbano, perpassa uma profunda reconfiguração das relações sociais, das estruturas de poder, das instituições, dos modos de produção e acumulação, enfim, das redes de saber-poder que organizam a sociedade. Tal transição não poderia deixar de lado a estruturação de novas governamentalidades regidas por novas racionalidades políticas elaboradas por diferentes grupos e instituições que buscavam se adequar, e adequar outros, ao novo momento histórico. Em todos os casos, guiadas sob uma ideia de progresso, de razão científica, da emergência de uma individualidade autônoma, as racionalidades modernas vinculam-se intimamente ao modo de produção capitalista. Nessa transição entre diferentes formas de exercer governo sob as populações, o que praticamente todas têm em comum é a vontade de adequação às novas relações sociais, sejam elas de cidadania, de trabalho assalariado, de propriedade privada da terra e dos meios de produção, enfim às relações sociais capitalistas.

Um ótimo exemplo de instrumentalização da vontade governamental é a descrição da sociedade disciplinar elaborada por Foucault em Vigiar e Punir (1987). É partindo desse entendimento que se torna possível interpretar as diferentes técnicas de governo não apenas da superestrutura para baixo, mas dispersa nos micropoderes entre os sujeitos. Para que haja sucesso da vontade governamental, além da estrutura disciplinar e coercitiva, também se faz necessário ordenar de alguma maneira as

dispersões discursivas em torno de alguma baliza comum, de modo a situar os indivíduos dentro de uma mesma rede de saber-poder. Essa tarefa de alinhamento discursivo geral coube, na nova estrutura social e institucional moderna, à escola, refletindo-se de maneira ainda mais direta no currículo.

O alinhamento discursivo geral requerido para as novas técnicas de governamentalidade sob as populações do Estado-nação-moderno-unificado precisava que os sujeitos comungassem de uma mesma língua, de uma mesma história, de uma mesma geografia e dos mesmos valores comuns. Nesse sentido, torna-se evidente a íntima ligação entre a gênese da instituição escolar e de sua estrutura curricular com a consolidação do Estado moderno. Em outros termos, podemos afirmar o indispensável papel do currículo estabelecido pelo Estado na tecitura das redes de saber-poder que governamentalmente objetivam a sujeição moderna. É preciso reconhecer, entretanto, que esse processo não ocorre de maneira direta e linear, visto que o processo escolar é atravessado por múltiplas forças discursivas e que o alinhamento almejado nunca se dá de maneira unívoca, como discutiremos mais adiante.

Naturalmente, ao tratarmos das governamentalidades regidas pela racionalidade política da modernidade, não estamos tratando de processos homogêneos. Politicamente, muitos questionamentos e tensionamentos sobre a forma como conduzir as condutas foram elaborados ao longo dos anos. Uma das mais notáveis sistematizações dessa provocação política é, sem dúvida, o liberalismo. Desde a perspectiva foucaultiana, o liberalismo não é analisado como uma teoria ou ideologia, mas como uma forma de reflexão crítica sobre a prática governamental, a qual indaga sobre o limite e até mesmo a legitimidade de sua atuação (Foucault, 2023). Esse questionamento sistemático da aplicação do governo pelo Estado, feita pelo liberalismo, opera pela racionalidade de que sempre, ou quase sempre, governa-se demais. A alusão ao liberalismo em Foucault se afasta, portanto, do sentido atribuído a este na ciência política, apontando-o então como um ethos da crítica à razão de Estado e suas governamentalidades (Barry, Osborne, Rose, 1996).

Se as governamentalidades modernas estavam buscando responder à pergunta “o que e como o Estado deve governar?”, o liberalismo faz a crítica das governamentalidades ao afirmar “governar-se demais!” (Senellart, 1995). Despontando como uma radical crítica governamental, o liberalismo coloca-se, paradoxalmente, como uma das governamentalidades modernas. Ainda que se proponha a colocar sob questão o exercício do governo por parte do Estado, fundamentando-se em uma racionalidade da liberdade individual, insere os sujeitos de sua argumentação no governo autorregulador do mercado. Não se trata de um exercício da liberdade em que cada indivíduo está livre das amarras de controle das condutas para exercer sua autonomia, se é que isso seria possível, mas da substituição do ente governamental: em lugar do Estado entra o mercado. Nesse ponto cabe esclarecer que, ainda que os liberais clássicos argumentem que o exercício da livre escolha dos consumidores seria o regulador do mercado, um entendimento foucaultiano argumentaria que há, também, uma regulação recíproca envolvida, em que o mercado regula de várias maneiras o desejo de seus sujeitos consumidores.

Desse modo, é possível afirmar que o liberalismo também entra no rol das governamentalidades modernas que objetivam a criação de um sujeito específico da modernidade. Mais do que isso, a própria definição de liberdade para o liberalismo, e consecutivamente para o neoliberalismo, é um conceito muito bem delimitado e restrito que precisa de técnicas governamentais para ser construído e imposto às populações. Afinal, se estudarmos ciência política concordaríamos que a compreensão de liberdade dentro do sistema capitalista difere muito daquele idealizado por teóricos socialistas, sem nem mencionar nos estudiosos da linguística. Em outras palavras, no âmbito da governamentalidade, o liberalismo atua como uma das razões da modernidade, colocando-se contra as interferências do Estado por enxergar no mercado o ente regulador que ditará quais condutas devem ser reproduzidas a medida em que são mais produtivas ou lucrativas.

NEOLIBERALISMO: UM OLHAR PÓS-ESTRUTURALISTA

Dada a breve exposição sobre as relações entre a modernidade, liberalismo e governamentalidade, encontramos-nos minimamente munidos do contexto em que nosso presente se constrói para discutirmos a ação governamental na e da Educação. Diferentes pesquisas contemporâneas têm levantado a discussão sobre os impactos de políticas ditas neoliberais sobre a instituição escolar e sobre os sujeitos envolvidos. Mais uma vez, remetendo-nos à analítica do presente, revela-se de suma

importância, portanto, diferenciar o liberalismo do neoliberalismo contemporâneo e discorrer sobre seus efeitos governamentais subjetivantes no campo educacional.

Seguindo na mesma linha argumentativa de análise, Pierre Dardot e Christian Laval (2016), discutem de maneira aprofundada a emergência da racionalidade neoliberal. Os autores argumentam que “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot, Laval, 2016, p.17). Trata-se de uma racionalidade governamental que objetiva a maximização da concorrência.

Diferentemente do liberalismo clássico, cuja racionalidade focava na limitação da intervenção estatal para que o mercado ocupasse o lugar de entidade governamental ideal a influenciar as condutas dos indivíduos, há uma mudança de racionalidade no neoliberalismo. Para a racionalidade neoliberal, o fim último de incentivar e maximizar a competição e a eficiência em todas as esferas da vida dos sujeitos obriga uma reconfiguração de responsabilidades governamentais em que o Estado assume papel ativo na promoção da racionalidade de competição do mercado. O Estado, para o neoliberalismo, não desaparece e nem necessariamente torna-se mínimo, como defendia o liberalismo, mas passa a ser um gerenciador da sujeição ao mercado e das condições ideais de (re)produção do capital.

Nessa perspectiva, enquanto o liberalismo seria uma crítica ao excesso de governamentalidade estatal que objetiva o mercado como autorregulador das condutas, o neoliberalismo surge como uma racionalidade que expande as práticas de controle sobre os indivíduos, agora por meio de técnicas que incentivam um empreendedorismo de si, produzindo uma forma de sujeição que visa introjetar nos comportamentos do sujeito as condições ideais de funcionamento da economia capitalista. Ao invés de deixar o controle das condutas meramente ao acaso do mercado, trata-se de intencional e diretamente conduzi-las à racionalidade da competição em todos os cenários, intervindo inclusive nas esferas mais íntimas da vida dos indivíduos, como a saúde, a educação e até mesmo nas relações familiares, sempre sob uma ótica de eficiência econômica (Dardot, Laval, 2016). Conforme afirmam os autores:

“O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da ‘modernidade’. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada” (Dardot, Laval, 2016, p. 16)

Trata-se, antes de mais nada, de uma nova sujeição para um novo momento que requer novas condutas e novas concepções, incompatíveis com os sujeitos modernos dos direitos universais ou do Estado de bem-estar social. O novo momento da dinâmica capitalista requer, entre outras coisas, uma nova concepção de liberdade, centrada em uma ideia de empreendedorismo individual que coloca os indivíduos como empresas em competição com outras empresas em todos os âmbitos, inclusive o pessoal. Nesse sentido, afirma-se que “a racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Dardot, Laval, 2016, p. 17)

A interpretação proposta por Dardot e Laval sobre a governamentalidade foucaultiana é essencial para discutirmos o neoliberalismo contemporâneo para além das colocações típicas da ciência política ou econômica, e também descolada de uma denúncia emancipatória do papel ideológico da Educação. O neoliberalismo, para essa concepção teórica, não se limita apenas a uma expansão da economia de mercado, ele se caracteriza por uma mudança profunda na maneira como se dão as relações de poder entre os indivíduos e as populações, governando condutas e estabelecendo formas de ser sujeito. A racionalidade neoliberal opera, enfim, na leitura de mundo dos sujeitos, moldando interpretações de acontecimentos e suas reações a eles, disseminando um ideal competitivo.

As implicações dessa mudança são inúmeras e podem ser percebidas nas mais variadas interações. Trata-se de mudanças no mundo do trabalho, como a uberização e plataformação do

emprego, no ensino, tendo a inovação e adaptabilidade como um novo Norte pedagógico e até mesmo estético, e inclusive nas formas de comunicação interpessoal, cada vez mais regidas pelos comportamentos favorecidos pelos algoritmos lucrativos de algumas poucas empresas que controlam as redes sociais, as big techs. É por esse cenário, tão diverso e sutil ao mesmo tempo que tão perceptível de mudança geral nas relações sociais, que é preciso especificar: o neoliberalismo nessa concepção não se restringe a políticas econômicas ou sociais específicas que partem do Estado, mas sim das disseminações emaranhadas no tecido social que atravessa cada um de nós.

NEOLIBERALISMO ESCOLAR: O LUGAR DA EDUCAÇÃO NESTA EQUAÇÃO

As discussões contemporâneas sobre a presença da lógica neoliberal na Educação ocorrem, na literatura acadêmica, nas mais diversas matizes e abordagens teóricas. Partindo das categorias explicativas elaboradas por Mordente e Portugal (2024), em seu amplo mapeamento das pesquisas sobre neoliberalismo escolar no Brasil, são destacados cinco eixos de análise, sendo eles: 1) a financeirização da educação, 2) o ethos empresarial, 3) a mercantilização da educação, 4) o balcão de negócios e 5) a produção do sujeito neoliberal. Alicerçando-se sobre o referencial teórico adotado, entende-se que os eixos 2, sobre o ethos empresarial, e 5, sobre a produção do sujeito neoliberal representam as pesquisas mais alinhadas à perspectiva de análise proposta. Indo também ao encontro do trabalho de Garcia e Osório (2025), que discute as potencialidades dos conceitos de discurso e governamentalidade na prática de pesquisa em Educação, as autoras destacam dois eixos de análise semelhantes: a problematização dos efeitos dos discursos no trabalho escolar e na docência, e a problematização dos modos de existência dos sujeitos.

É partindo dessa compreensão do papel fundamental da instituição escolar para a tarefa governamental, com potencial único na tentativa de (re)organização das dispersões discursivas em torno da racionalidade da competição generalizada, que se argumenta a relevância das análises sobre o governo neoliberal no campo da Educação (Silva, 2016; Veiga-Neto, Traversini, 2009; Soler, et al, 2022). Entender o neoliberalismo nessa perspectiva vai além da crítica às políticas educacionais, atinge o cerne do discurso de verdade que define o que é educação, quem são seus sujeitos legítimos e quais são seus fins socialmente reconhecidos. A crítica proposta parte do pressuposto de que o discurso de verdade, enquanto forma de produção, legitimação e circulação de saberes, é uma arena estratégica onde se trava a disputa pelo significado e pela direção da ação educativa. Tratar de Educação é, portanto, tratar da tecitura de uma contingente rede de saber-poder que dita as condições de possibilidade para enunciação de uma sujeição específica. Nesse sentido, cabe explicitar algumas das formas como a governamentalidade neoliberal tem objetivado modular o discurso escolar ao redor de sua racionalidade da competição.

A começar pela problematização dos modos de existência dos sujeitos ou produção do sujeito neoliberal, destaca-se o mais evidente dos mecanismos de governamentalidade: o currículo. A definição de quais conteúdos possuem valor de verdade e devem ensinados desde a infância até a maioridade, e conseqüentemente quais não devem, é uma das expressões mais diretas da articulação governamental na tentativa de constituição discursiva de uma rede de saber-poder (Foucault, 1987). Essa característica, ainda que inerente ao sistema escolar como o conhecemos, toma novos contornos a partir das recentes deformas educacionais ocorridas no Brasil e em outras partes do mundo (Weiler, Kaercher, 2025). O termo “deforma” serve para descaracterizar o teor de inovação (outra palavra polissêmica e enviesada) que a terminologia “reforma” garante, visando tensionar o debate sobre quais as intenções das mudanças na educação brasileira. É neste contexto que as adaptações a currículos escolares flexíveis e empreendedores têm sido objeto de análise de muitos pesquisadores, que argumentam tratar-se da preparação de um sujeito igualmente flexível e empreendedor, modulado para um mercado de trabalho cada vez mais volátil e incerto (Oliveira, 2020; Pizolati, 2020; Veiga-Neto, Traversini, 2009; Silva, Estormovski, 2023).

Na estrutura de currículo neoliberal, os conteúdos temáticos das disciplinas importam menos do que as habilidades e competências desenvolvidas pelos estudantes. Desloca-se o enfoque dos conhecimentos científicos para as competências do alunado, inclusive socioemocionais, em adaptar-se e resolver problemas (Miguel, Tomazetti, 2014; Mordente, Portugal, 2024). Como nos diz Veiga-Neto (2013, p.38), “[...] mais importante do que aprender um determinado conteúdo, é aprender a aprender.”

Assim, pode-se argumentar que a verdade do sujeito educacional não é mais definida por sua capacidade de compreender o mundo e agir coletivamente sobre ele, mas por sua eficiência, adaptabilidade e produtividade. É essencial evidenciar que essa concepção político-pedagógica do fazer escolar não é necessariamente negativa, não fosse a conjunção com outros devires e forças discursivas concomitantes do momento presente que afastam o processo educativo do ideal de cidadania para aproximá-lo de um ideal de empregabilidade. A escola, nesse regime de verdade, não é mais espaço de mediação entre saber e experiência, mas um ambiente de treinamento de competências úteis a um sistema produtivo.

No interior da racionalidade neoliberal, o discurso escolar deixa de se ancorar em princípios normativos de justiça, igualdade e formação crítica e passa a se estruturar em torno da verdade do mercado. Nesse cenário, disciplinas que provocam reflexão social, em especial no campo da filosofia e ciências humanas, perdem espaço para a inserção de componentes curriculares como Projeto de Vida, que objetivam justamente a sujeição à racionalidade empreendedora e competitiva, que é responsável individual por seu próprio sucesso (Silva, 2016; Weiler, Kaercher, 2025). O sujeito educacional é produzido discursivamente como um *homo oeconomicus*, uma entidade que calcula, investe e assume riscos, inclusive sobre si mesmo (Soler, et al., 2022).

Para garantir a eficiência de aplicação do receituário neoliberal, os estudantes passam a ser avaliados não apenas pelos professores, mas por testes estandardizados elaborados por entidades de fora da sala de aula, como o Estado ou organizações internacionais. Assim, apresenta-se uma dupla mudança paradigmática na discursividade escolar: por um lado, os alunos que não conseguem performar as habilidades e competências necessárias para garantir sua empregabilidade são considerados inábeis, incompetentes e responsáveis pelo eventual fracasso de seu projeto de vida, desconsiderando a complexidade do processo educativo e os papéis dos múltiplos atores envolvidos (família, escola, Estado, etc); por outro, os professores passam a ocupar a posição de gestores de competências, não mais mestres em suas áreas de conhecimento, precarizando o processo de ensino-aprendizagem e incorrendo em uma grave desprofissionalização docente.

Discutindo, então, a problematização dos efeitos dos discursos no trabalho escolar sob o *ethos* empresarial, a escola e todos sujeitos dentro dela passa a ser vistos como uma empresa, desde a gestão institucional até os professores e estudantes (Laval, 2019). Todas as etapas do processo educativo passam a ser avaliadas pelos já mencionados testes padronizados alheios ao cotidiano escolar, e tudo que não pode ser mensurado é ignorado. Os resultados dessas avaliações passam a ser objeto de premiação meritocrática para as escolas com melhores índices, inclusive na rede pública. As escolas passam a concorrer entre si para atrair os melhores alunos, assim como os professores entre uma escola e outra, tudo em prol de uma eficiência que se apresenta como ideologicamente neutra, desconsiderando a intencionalidade daqueles que elaboram essas provas (Dardot, Laval, 2016). A consequência é uma concepção pedagógica tecnocrática, padronizada, avessa à experimentação e à diferença, que intenciona transformar professores em executores de protocolos e alunos em unidades mensuráveis de rendimento em uma total mercantilização da escola e dos sujeitos.

Trata-se, enfim, de um deslocamento discursivo na Educação. Longe de apenas substituir termos como “formação integral”, “crítica” e “emancipação” por vocábulos como “competência”, “desempenho” e “eficácia”, o deslocamento discursivo representa uma mudança no regime de verdade, uma alteração na rede de saber-poder constitutiva dos sujeitos, a aparição de novas condições de possibilidade para o que se torna visível e enunciável. A Educação deixa de ocupar o lugar de um direito universal que objetiva a formação cidadã e a difusão do conhecimento acumulado pela Humanidade, para tornar-se em mercadoria, restrita àqueles com melhores condições de acesso para investirem em seu capital humano. A sujeição a este regime de verdade pressupõe novas condutas que (re)afirmem esse discurso de modo que a interação entre governo e discursividade seja intrinsecamente retroalimentativa.

É evidente que essa tentativa de uma superestrutura na redefinição do discurso escolar, na influência governamental para condutas que objetivam uma sujeição geral à competição não é diretamente determinante. Não se pode tomar a disputa discursiva como campo de causa-consequência da macropolítica, nem a intencionalidade governamental como processo definitivo. Ainda que se reconheça a importância da instituição escolar e do currículo, é preciso considerar os múltiplos devires nas relações de micropoder que atravessam o momento presente na constituição de sujeições sempre

dinâmicas e contingentes. Nesse sentido, mesmo que se afirme a tentativa de modulação das condutas através e a serviço da projeção de um novo regime de verdade, explicitado pelas diversas pesquisas que relacionam a governamentalidade neoliberal à Educação, deve-se considerar que o jogo de poder e de sujeição não se resume à escola, nem à vontade governamental.

O objetivo crítico aqui não resulta, portanto, na denúncia emancipatória de uma maléfica trama política que aponta um caminho contrário, se não na explicitação teórica que, analisando genealogicamente as modificações nas condições de possibilidade discursivas em torno da Educação, perceberam uma verdade possível, visível e enunciável pelos pesquisadores. Em outras palavras, para o referencial de análise adotado, não caberia ditar um outro caminho contrário, supostamente emancipador, incorrendo apenas na imposição de outro regime de verdade tão enunciável quanto o neoliberal. Assim, dada a problematização do contemporâneo nos termos da governamentalidade, traçar uma analítica do presente requer passarmos a olhar para as contra condutas, as resistências e hibridismos, para o novo e inesperado que irrompe a partir do que está posto, enfim, para a nova gama de questões que se torna visível e enunciável (Uberti, 2011).

EDUCAÇÃO E TRANSGRESSÃO: OUTRAS POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DOCENTE-PESQUISADORA

Reconhecendo o recorte escolar como privilegiado para visibilidade dos fenômenos de governo e sujeição, traçadas a partir do referencial teórico foucaultiano no campo da Educação, cabe finalizar a proposta deste artigo. Torna-se importante chamar atenção para uma perspectiva transgressora das interações entre os sujeitos, das resistências que enfrentam e das hibridizações que possibilitam nas experimentações cotidianas da governamentalidade neoliberal. No imbricado jogo de forças no campo da Educação, os resultados do contato estabelecido entre as diferentes discursividades permanece imprevisível e criativo, gerando eventos únicos em cada experimentação didática caracterizados pelo encontro de diferentes regimes de verdade.

As contracondutas representam, nesse sentido, um potencial de diversidade, uma constante presença da diferença e da interpretação que foge às prerrogativas determinadas. Afinal, como as vivências em sala de aula têm interagido com o governo neoliberal? Quais os hibridismos e resistências que eclodem a partir do choque dos diferentes regimes de verdade em jogo? De que modo os professores com formação anterior a este momento histórico interagem com as novas proposições governamentais através do currículo? Quais perturbações à ordem, ao comum, cotidiano e ordinário, estão ocorrendo no presente, mesmo que sem a consciência ou a pretensão de o serem? E mais, quais sujeitos podem vir a ser a partir desse entrelaçar entre a escola e o modo de governo neoliberal?

Seguindo essas pistas, mas não buscando esgotá-las, o que se objetiva provocar é uma verdadeira subversão às práticas de docência-pesquisa existente (Corazza, 2011). A defesa da transgressão como método visa levar ao limite daquilo que já está dito, em busca não do que estaria oculto, mas daquilo que está visível apenas sob outro ângulo. A concepção de transgressão aqui adotada não pressupõe o ato de denunciar e rebelar-se contra uma estrutura ideológica opressora, mas toma a tecitura da discursividade presente como algo em construção e em constante movimento. Tal tecitura, em seus múltiplos devires, costura o que diverge, flerta com a fronteira, é miscigenada por excelência. A docência-pesquisa que não tem certeza e que pergunta, considera a tarefa do professor-pesquisador como lugar de criação distintivo. Transgredir não é transpor um limite, mas trabalhar na fronteira e revoltar-se contra aquilo que até então as palavras do mundo tentavam aprisionar, subjugar e limitar.

Tendo isso em vista, partindo das formas de transgressão possíveis ao discurso neoliberal, vale perguntar: que outras enunciações de sujeito da educação têm espaço na atual conjuntura? Estariam as práticas educacionais restritas e confinadas à governamentalidade neoliberal? Para além da determinação das forças do Estado, o que o currículo faz? (Uberti, 2012) A docência já foi totalmente descrita? Está pré-determinada? Não estariam, os professores, em um permanente processo de invenção e reinvenção de sua docência? Afinal, estamos condenados a denunciar a perversidade do projeto de sujeição à competição e fadados a sermos ignorados? Ou adotaremos uma perspectiva que transgrida, a partir do que foi dito, na elaboração de novas e mestiças formas de ser sujeito? O currículo atual materialmente impede que os docentes incitem novas formas de ser e estar no mundo, que não a da

competição generalizada? Ou ainda há espaço para propor, em sala de aula ou mesmo fora dela, situações em que podemos instigar experiências com significados próprios aos sujeitos sem uma predestinação de resultados?

Mas não entendamos mal. A crítica não está na absolutamente necessária denúncia e luta no campo político. Ainda mais em se tratando da Educação. Antes, a crítica se situa em um chamado ao deslocamento perspectivo que possibilita somar outras lentes para interpretação da realidade. Lentes que tem potencial para provocar novas formas de resistir e lutar, de (re)inventar nossa forma de ser e estar no mundo e dizer de outra maneira aquilo que pensamos já conhecer por completo. Explorar essas outras formas, negando inteiramente a predeterminação causalista e reconhecendo o privilégio de um papel docente-pesquisador afeito ao imprevisível, é empoderar-se diante de um cenário que muitas vezes tenta apagar o professor em um currículo de absoluto controle e totalização.

Usar da transgressão como método é, portanto, um convite àqueles que operam na linha dos estudos foucaultianos e àqueles que desejam explorá-la. Trata-se de buscar menos uma essência do presente e mais as condições de possibilidade que o deram origem e se perguntar como atuar nele a partir disso. Como atuar na rede discursiva da governamentalidade neoliberal contemporânea? Sempre amparados pelo quadro prévio das pesquisas que nos precedem, mas sem nos limitarmos a ele, a tarefa transgressora seria de operar no limite do visível e do enunciável para transpor nossa perspectiva. Metodologicamente, essa abordagem requer a experimentação de diferentes campos teóricos que estabeleçam interlocuções e permitam a construção de pontes que sirvam de suporte para enfim abandoná-las rumo àquilo que difere.

Por fim, podemos dizer que o exercício docente parte, precisamente, da capacidade de propor um processo de ensino-aprendizagem singular. E não teria como ser diferente. As aprendizagens e as leituras das próprias experiências são composições únicas, ainda que constituídas em meio ao discurso neoliberal. Neste sentido, a melhor maneira de resistir às investidas contra a livre prática docente é experimentando-a, mesmo que lutando contra as permanentes tentativas de imposição de uma verdade única. Docenciar-pesquisar transgredindo é possível e é justamente o que se pretende incentivar a partir da discussão proposta neste artigo. Sem partilhar de uma fórmula mágica sobre como fazer, mas perguntando sobre o que se faz, perguntando sobre a singularidade do que se faz e se concretiza efetivamente nas salas de aula. E o que ocorre lá é muito mais do que podemos descrever em nossas pesquisas. A proposta de uma docência transgressora pressupõe considerar que a tarefa docente é constituída por uma composição imetódica, fugaz, efêmera, mas comprometida com o prazer afirmativo, com um fazer docente singular. Se assim for, ainda podemos investir em uma docência-pesquisa em busca de algo outro para se ver, dizer e fazer em Educação.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) para realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas. Introduction. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (ed.). Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism, and rationalities of government. UCL Press: London, 1996. p. 1-17.

BURCHELL, Graham. Liberal government and techniques of the self. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (ed.). Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism, and rationalities of government. UCL Press: London, 1996. p. 19-36.

CORAZZA, Sandra Mara. A formação do professor-pesquisador e a criação pedagógica. Revista da FUNDARTE, Montenegro, ano 11, nº 21, p. 13 – 16, 2011.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Escola básica na virada do século: cultura, política, currículo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: ECHALAR, Mariana. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: RAMALHETE, Raquel. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução: BRANDÃO, Eduardo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Tradução: BRANDÃO, Eduardo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

GARCIA, Maria Manuela Alves; OSÓRIO, Mara Rejane Vieira. *Discurso e governamentalidade como operadores na pesquisa de currículo e política curricular*. *Perspectiva*, v. 43, n. 3, p. 1–21, 2025. DOI: 10.5007/2175-795X.2025.e99454. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/99454>. Acesso em: 21 jun. 2025.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução: ECHALAR, Mariana. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MIRANDA, Marília Gouvea de. *O NEOLIBERALISMO COMO OFENSIVA NEOCONSERVADORA À EDUCAÇÃO BRASILEIRA*. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 1–15, 2020. DOI: 10.5216/ia.v45i1.62691. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/62691>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MIGUEL, Iván G. Silva; TOMAZETTI, Elisete M. *As Competências no Sistema Educativo Contemporâneo: estratégias da governamentalidade neoliberal*. *Políticas Educativas – PolEd*, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/50932>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MORDENTE, Giuliana Volfzon; PORTUGAL, Francisco Teixeira. *Neoliberalismo escolar: Subjetivações submissas da educação brasileira*. *Olhar de Professor*, v. 27, p. 1–25, 2024. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.27.23175.036. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/23175>. Acesso em: 02 jun. 2025.

OLIVEIRA, Ramon de. *A Reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal*. *Revista Educação Unisinos*, v.24, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.05>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. *A influência do discurso neoliberal na governamentalidade pedagógica no Brasil contemporâneo*. *Revista Cocar*, v. 14, n. 28, p. 521–540, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3136>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ROSE, Nikolas. *Governing “advanced” liberal democracies*. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (ed.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism, and rationalities of government*. UCL Press: London, 1996. p. 37-64.

SENELLART, Michel. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. *Tempo Social*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 1-14, outubro de 1995.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Educação, governamentalidade e neoliberalismo: contribuições foucaultianas para o estudo das políticas de currículo. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 29, n. 57, p. 199–223, 2016. DOI: 10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v29n57a2015-p199a223. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/22731>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. et al. Michel Foucault, a educação e o neoliberalismo. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, vol.38, e37576,2022. DOI 10.1590/0102-4698-37576. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698-37576>. Acesso em: 14 ago. 2025.

UBERTI, Luciane. Escola cidadã: dos perigos da sujeição à verdade. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

UBERTI, Luciane. Currículo e poder: para além das forças do Estado – ainda há o que dizer?. In: Reunião anual da ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas. *Trabalhos GT12 – Currículo*. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT12%20Trabalhos/GT12-1339_int.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

UBERTI, Luciane. Intencionalidade educativa. *Educação & Realidade*, v. 38, n. 4, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/23420>. Acesso em: 12 set. 2025.

UBERTI, Luciane. Planejamento de Ensino como estratégia de política cultural: planejar para lutar. In: UBERTI, Luciane. *Docência e transgressão III: planejar para lutar*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 19-31. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/docencia-e-transgressao-iii-planejar-para-lutar/>. Acesso: 15 jul. 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo; TRAVERSINI, Clarice. Apresentação da Seção Temática - Por que Governamentalidade e Educação?. *Educação & Realidade*, v. 34, n. 2, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9725>. Acesso em: 13 set. 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade e educação. *Revista colombiana de educação*, Bogotá, n. 65, p. 19-42, Dec. 2013. DOI 10.17227/01203916.65rce19.41. Disponível em: <https://doi.org/10.17227/01203916.65rce19.41>. Acesso em: 14 ago. 2025.

WEILER, Nathan Nunes; KAERCHER, Nestor André. A DISCIPLINA PROJETO DE VIDA: uma crítica propositiva para a prática docente. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, v. 11, n. 37, 2025. DOI: 10.21920/recei.v11i37.7322. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/7322>. Acesso em: 21 dez. 2025.

Submetido: XX/XX/XXXX

Aprovado: XX/XX/XXXX

Editor(a) de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autor 1 – Conceitualização e escrita do texto.

Autor 2 – Supervisão e revisão final da escrita.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.